

LÍNGUA TERENA NA ALDEIA CACHOEIRINHA: MANTER OU APAGAR

SOBRINHO, Maria de Lourdes Elias/UCDB/¹
malurdess_58@hotmail.com

Financiamento: Fundação Ford
NASCIMENTO, Adir Casaro/UCDB²

RESUMO: Este artigo busca refletir e problematizar o contexto de língua falada entre crianças, jovens e adultos da aldeia Cachoeirinha onde o tema “manter ou apagar” o uso da língua terena tornou – se uma questão política pertinente. Tal eminência se dá porque manter “viva” a língua é um direito reconhecido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, que afirma ser garantido aos índios o seu uso de língua materna na educação escolar como forma de revitalização e preservação. No entanto, venho questionando a prática, pois na realidade, meus patrícios pequeninos são alfabetizados na língua portuguesa e a língua terena, que é a nossa primeira língua, colocada como segunda língua. Até quando o discurso utópico? Com isso a outra palavra colocada em questão “apagar” ou ocultar está cada vez mais próximo de ser uma realidade, pois a inserção dos elementos da globalização na aldeia está cada vez mais “apagando” a nossa cultura, principalmente a língua materna, pois como é sabida, a língua portuguesa é a língua reconhecida e que tem *status* na sociedade dos não-índios. Essas duas questões são relevantes quando se trata da identidade indígena. Não quer dizer que se não tiver domínio da língua deixarei de ser terena, mas que a valorização da mesma será muito importante para o reconhecimento de minha identidade. Sei que a cultura é dinâmica como afirma Stuart Hall (2006), mas o que me traz inquietação é a substituição de várias palavras da nossa língua terena para a língua portuguesa as quais muitas crianças e jovens ficam perturbados com relação a sua língua nem bem terena e nem bem o português.

Palavras-chave: Língua terena, manutenção, desapareição, identidade.

¹ Professora indígena Terena. Bolsista da Fundação Ford e mestranda do Programa de Mestrado em Educação da UCDB, linha 03- Diversidade Cultural e educação Indígena.

² Orientadora. Doutora em Educação. Programa de Mestrado em Educação da UCDB. Grupo de Pesquisa/CNPq- Educação e Interculturalidade.

Introdução

Em 1.991 depois de uma das minhas andanças pelo mundo não indígena voltava para minha aldeia de origem como professora de séries iniciais, onde havia presença de alguns avanços tecnológicos, como a energia e a televisão em preto e branco. A minha televisão à cores era a segunda televisão presente na aldeia, a qual reunia muitas crianças e jovens na minha casa para assisti-la. Era simplesmente uma novidade. Nessa reunião de assistir televisão durante o programa, a conversa era somente em terena, ninguém ousava falar uma palavra em português. Era tudo “natural”, quando alguém tentava conversar alguma palavra em português, era motivo de risada para as outras crianças.

Começa aqui o início de uma grande mudança lingüística entre nós terena que hoje nos deparamos com uma mistura de discursos, isto é, discurso de não índio com relação à preservação, integração, revitalização de nossa língua, termos esses que fazem confusões na cabeça do não-índio e do índio também. Assistindo jornal do MS me deparei com a seguinte fala de um não-índio que diz se referindo ao estudo Antropológico das terras indígenas do MS: “A FUNAI precisa usar o recurso que tem, para aculturar o índio, não é a terra que vai salvar o índio, e sim inserí-lo no mercado de trabalho”(entrevista do Marivaldo Zeuli, Presidente do Sindicato Rural de Dourados no jornal MS -20/07/09). Essa fala tanto confunde meus patrícios, como também o branco (não-índio) aderindo essa filosofia, pois o homem branco nos ilude ao falar que temos que ser doutor, advogado, médico para conquistar um bom emprego, por não compreender que a nossa relação com a terra é indiscutível. Nós indígenas devemos sim estudar ser doutor, advogado, mestre e outros, mas que ninguém pode nos separar da nossa terra seja qual for os anos fora da aldeia, pois um dia nós indígenas retornamos para nossa aldeia, porque é lá que temos histórias de vida, nossos parentes e onde nosso umbigo, quando nascemos, foi enterrado. È isso que o branco (não – índio) não entende e não procura compreender criando um mundo imaginário para nós. Sou um exemplo dessa realidade. Fiquei 30 anos fora da aldeia estudando e trabalhando no meio dos brancos (não-indios) sem, no entanto, nunca perde o meu contato com a minha aldeia e, hoje, retorno para minha aldeia de origem na esperança de ajudar meus patrícios, mas não está sendo fácil por não termos liberdade de fazer aquilo que queremos para a nossa escola, isto é, fazer realmente acontecer uma escola diferenciada a qual a Constituição Brasileira nos garante. O artigo 210 diz que: “O ensino fundamental regular será

ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Só que a realidade é outra onde só faz sentido e significado, aquilo que me dá condições de ser o que sou, isto é, como indígena com toda sua identidade ligada à terra fazendo e vivendo conforme o nosso jeito e não como o branco quer que sejamos.

Preservar e revitalizar a língua em meios a esses impasses, onde os órgãos competentes ficam criando leis e mais leis sem nenhum resultado que venha realmente atender o que somos e o que queremos, torna-se discurso repetitivo onde nós indígenas cansamos de ouvir sempre a mesma coisa. O nosso jeito de ser desde a educação de nossos pais é: falar e fazer. Penso que o problema com relação à educação escolar indígena diferenciada é porque ninguém chega ao acordo, às políticas públicas impondo uma educação escolar com currículo pronto que não atende o nosso desejo e quando nós questionamos, a resposta é que a nossa escola ainda não é uma escola indígena, pois a mantenedora é Município. A palavra “poder” usado por Bhabha (2007) é bem compreendido nessa questão, o poder domina os mais fracos, perceber-se isso, pelo qual como a escola como instituição leva o modelo de currículo pronto, acabado para ser executado por nós professores indígenas e se quiser fazer alteração passa por manipulação onde acaba sendo abafado. Fica aqui minha questão: Onde está a lei que ampara esse direito ? Quem não está entendendo o que reza a Constituição Brasileira é Kópenoti(indio) ou é Purútuye (branco)? Devido e esses conflitos do não índio e de nós próprios indígenas, passamos por desconstruções e reconstruções de nossa língua. “Manter ou apagar” depende de diálogos de duas culturas isto é, se manter precisa que as políticas públicas tenha um programa específico para que a nossa língua e conseqüentemente a nossa cultura continue viva. “Apagar” também será resultado dessa falta de interesse público na sua manutenção, é claro, muitos autores, colocam que todo interesse deve ser primeiro da comunidade indígena, mas que ao meu ver, neste século XXI, nós já somos consciente da importância de mantermos o que somos, o que falta é o reconhecimento e respeito nas secretarias de educação responsáveis pela elaboração do currículo para as escolas indígenas. Volto a dizer que o diálogo entre as comunidades indígenas é fundamental no processo de construção de uma educação escolar indígena diferenciada para que a mesma possa ser reconhecida em sua autonomia. Se não há uma escola que ajuda na preservação ou revitalização é porque não há encontro desse dois conhecimentos, visto que a “inclusão” de língua terena no currículo escolar é um “faz de conta” que se tem uma escola indígena. Do jeito que está sendo aplicado pelo

professores de língua materna nas salas de aula não deixa de ser como qualquer outra disciplina, isto é, não há sentido e significado para o próprio professor e nem para os alunos. Não há reflexão sobre a importância da língua enquanto instrumento para a preservação e manutenção de identidade terena. A minha língua terena como terena, quando escrevo em terena, o meu ser indígena se torna mais viva, acredito que para ter resultado esse ensino da língua, deve-se primeiro formar os professores indígenas e que essa formação seja contínua. Vejo que a educação ou aprendizado acontece quando os produtores de conhecimento se encontram dentro do que fazem. Pensar uma escola diferenciada para as comunidades indígenas a ponto de colocar os conteúdos com seus sentidos e significados na minha concepção ainda é um desafio. A nossa cultura sempre foi vista como inferior perante a cultura e a língua nacional, com isso, os mediadores de educação escolar indígena ainda carregam esse impacto dentro da sala de aula, dando maior ênfase na aplicação dos conteúdos não indígena a qual não trata das nossas questões indígenas contextualizados, isto é, como se a nossa cultura e nossa língua não sofresse transformações. Desde a colonização quantas etnias desapareceram, e quantas línguas morreram. Ao refletir sobre esse contexto, penso que a revisão dos conteúdos nos materiais didáticos é de suma importância para que a sociedade também se atualize com relação ao que somos, enquanto etnias que estão resistindo às pressões sociais sejam econômico, social e político. Enquanto não acontecer uma tomada de consciência dos não índios sobre a importância de reconhecer nosso direito como diferente, os professores indígenas também não assumirão seu papel enquanto indígena e construtores de sua história. Continuarão vagando no espaço sem definição do seu “eu” indígena, levando com isso, aos educandos a não valorização também do seu mundo indígena.

Postura do professor indígena Terena enquanto mediador de sua cultura perante a cultura dominante

Enquanto não descobrir quem sou eu, não ensinarei nada sobre minha cultura aos meus patrícios. (depoimento do professor Elizeu Lindolfo numa reunião de professores na aldeia Cachoeirinha. 2009).

Acredito que essa colocação do professor reflete o momento em que vivemos nas escolas indígenas onde o currículo diferenciado baseado na nossa cultura para mim ainda não existe. Existe apenas de forma folclorizado onde a língua terena e arte são incluídas como qualquer outra disciplina. E não há um projeto específico de Políticas

Públicas voltado para a relevância de manter viva a cultura terena. O Estado de MS conta com 23.234 índios terena segundo dados da (FUNASA/2007) população essa que deveria ter um programa voltado para nós Terena seja na escola, saúde e na questão de Terra, pois somos pessoas que cresce populacionalmente a cada ano, mas que a nossa diferença precisa ser preservada e revitalizada. A presença de língua terena, e a arte nos conteúdos escolas aparecem muito tímidas, sem resultado positivo enquanto afirmação de identidade terena.

Numa reunião pedagógica entre os dias 12 e 13 de Fevereiro 2009, na Escola Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa da Aldeia Cachoeirinha, aconteceram vários debates entre os professores das series iniciais. Nesta reunião foi colocada a questão de prática pedagógica com relação a educação escolar indígena diferenciada destacando a importância da inclusão de língua materna no currículo escola. Os professores se propuseram a enfrentar o grande desafio colocando a necessidade de capacitação com escrita e leitura da língua terena e a produção de material didático diferenciado. Os questionamentos apresentados pelos professores vêm de encontro com o que Tomaz Tadeu da Silva teoriza quando fala de currículo “O que ensinar?” como ensinar? Quando falo de ensino de língua materna me refiro à língua oral com a qual nos relacionamos, falamos. Não há escrita específica para cada série e a mesma não tem estudo de sua há estrutura. Cada aldeia onde tem índio Terena, a sua linguagem é específica daquela aldeia, para isso, há uma complexidade na elaboração do planejamento, até mesmos entre nós terena de Cachoeirinha. Cada família fala e se expressa diferente do outra. Portanto, quando se trata de ensino de língua deve ser levada em conta a peculiaridade de cada aldeia e de cada família. Essa questão é bem observada por mim na aldeia quando converso com alunos, pais, jovens e adultos. Na escrita dessa língua também encontramos impasses nas acentuações quando escrevemos, pois quando falamos não temos preocupação com acentuações. Quando trabalhamos com produção de texto tenho dificuldade de corrigir as acentuações “ daí procuro valorizar a idéia do aluno sem prejudicar sua nota, pois nem eu sei onde coloca acento nas palavras”. (Luzinete Julio, 2007, professora de 1ª serie). A outra preocupação é com relação “como ensinar na língua terena se não há material didático?”. O autor Tomás Tadeu da Silva (2007) vem justamente embasar esses questionamentos que quando fala de currículo enfoca a questão de dúvidas com o “que e como ensinar?”.

Diante de tantas pressões políticas há uma reação de Comissão de Professores Terena que vem questionando junto aos professores a questão de legitimação e exigindo

ação das Secretarias Municipais e Estaduais no sentido de colocar nos seus projetos e planos educacionais, questões relevantes como: a formação continuada de professores Terena para que os mesmos possam ser capacitados para trabalhar as suas próprias questões nas salas não somente ensinar, mas que venham refletir seu papel de enquanto educadores, construtores e ressignificadores de sua própria história; a inclusão da língua materna desde a fase inicial de vida escolar da criança indígena; criar núcleo de educação escolar indígena nas secretarias Municipais e Estaduais; dar autonomia para que nós indígenas possamos construir nosso currículo de acordo com o nosso pensar indígena; acabar com a idéia de que somos incapazes, manipulando nossos líderes onde prejudicam o nosso projeto comunitário; acabar com cargo de confiança na indicação de diretores da escola, pois o mesmo não tem autonomia para fazer da escola uma escola diferenciada como deveria ser. Portanto, volto afirmar que os órgãos responsáveis pela educação escolar indígena devem investir na formação do professor indígena.

Outro item que deve ser destacado é com a relação à falta de material específico para a referida escola já que cada comunidade indígena tem diferentes realidades seja no contexto lingüístico ou no seu modo de viver. Existem varias etnias no Brasil. Deve ser pensado quando, o órgão maior MEC, faz publicação sobre material didático para as escolas indígenas, questionamos o seguinte: esse material é baseado em que realidade? De qual etnia? Nesse sentido, quero colocar que até entre nós os terena, temos realidades diferentes um do outro, com diferentes linguagens, costumes, seu jeito de dançar, e viver. Na construção de material didático será conforme a realidade de cada comunidade Terena.

Neste ano de 2009 as crianças do Pré-escolar e os alunos do 1º ano da Aldeia Cachoeirinha começaram a alfabetização na língua terena. No final de 1º bimestre os professores das mesmas foram chamados pelo diretor para mudar seu planejamento voltando à alfabetização na língua portuguesa. Acompanhando essa brusca mudança percebo que essas crianças, estão fazendo maior confusão na escrita, pois a língua terena tem sua ortografia diferente da língua portuguesa, a língua terena usa muito as letras K, Y, NZ, ND, NJ e a letra H apresentam som na língua terena enquanto que na língua portuguesa, essa mesma letra não tem som. As crianças que passaram para a língua portuguesa quando escrevem a palavra casa escrevem assim: kasa isto é, com letra k, cavalo com k e assim por diante. Não somente as crianças que passam por problemas de readaptação com a escrita e leitura da língua, as professoras também estão vivendo um novo desafio, pois as mesmas já vivenciavam a produção rápida das

crianças enquanto estavam sendo alfabetizadas na língua a qual dominam, enquanto que na língua portuguesa, as crianças só decodificam as palavras sem muita participação durante as aulas, pois segundo as professoras, os textos na língua Terena são muito mais compreensíveis pelas crianças.

Em algumas das minhas observações, pude perceber que o professor desafia a legitimação do uso de escrita e leitura na língua terena na sua sala. Um exemplo: quando propõe produção de texto em sala de aula deixa livre, a critério do aluno se quer escrever na língua portuguesa ou em terena. Durante uma reunião pedagógica na Escola Pólo Indígena Coronel Nicolau Horta Barbosa presenciei a fala da professora Marlene Gonçalves da 3ª série que disse: “Por mais que tentam nos ocultar da nossa cultura irei colocar na minha sala a escrita na língua terena. Para mim, não existe lei que me proíbe usar a minha língua na sala de aula, colocarei alfabeto e palavras em terena na parede de minha sala”. Há um grande desafio por trás da proibição.

A proposta com o uso de língua terena seria que todas as crianças fossem alfabetizadas na primeira língua que é na língua terena e depois a partir do 2º ano das séries iniciais os conteúdos das disciplinas seriam bilíngües: Terena e Português. Ao mesmo tempo incluindo os conteúdos do conhecimento não indígena.

Vivenciando outro contexto no Ensino Médio na aula de língua Terena, também há trabalho pensando na construção de um dicionário com palavras novas na língua Terena, pois tem palavras que não existem na nossa língua terena como: televisão onde os alunos propõem: KOMOMÒKUTI NONÊTI quer dizer onde olhamos imagem, geladeira= IKASÀXOPETI= algo que gela, ventilador= KOHÙPI`OKOVOPET= algo que venta, celular ou telefone= VÈKOKU EMO`ÛTI= por onde passa a fala de alguém, microfone= VA`UKÒPETI= algo que altera a voz de alguém e outros... Esses são alguns exemplos de propostas de construção de palavras novas em terena, enquanto que outras palavras deixam de ser usadas no cotidiano nosso, há um desafio em manter viva a língua, como as coisas mudam a língua também acompanha essa mudança cultural.

O outro fato importante que surgiu nas discussões foi a colocação das professoras Luzinete Julio e Marlene Gonçalves contando suas experiências na alfabetização da língua materna no ano de 2007 sob a minha coordenação. Ressaltaram a importância da continuidade do projeto, colocando que foi uma experiência extremamente relevante não só no tocante ao desenvolvimento cognitivo do aluno como auto-afirmação da identidade enquanto falante da língua terena. E para isso, é preciso empenho e dedicação de professores para que faça diferença na sua

ação pedagógica com relação a língua. Destacaram a sua observação com relação ao comportamento do aluno na sala de aula, onde a compreensão e participação nos conteúdos propostos, os alunos ficaram mais livres em questionar e dialogar com o professor, pois é a língua a qual a criança domina diz a Luzinete. Também foi colocada a experiência de se trabalhar com um texto de forma interdisciplinar a qual incluía todas as outras disciplinas. A atitude do professor indígena com relação as suas questões principalmente com o ensino da língua terena, para mim é passo extremamente otimista no sentido de que nós somos os responsáveis na manutenção e reconstrução dessa língua a qual falamos.

Ensinando a escrita e leitura da língua terena na escola



Ao observar uma aula de língua terena na sala de 3º ano do Ensino Fundamental na escola da aldeia referida percebo enquanto professora muitas palavras soltas reafirmando aquilo que foi dito acima, sem reflexão e sem significado enquanto resignificação da língua. Mas, enquanto escrita e registro da língua não deixa de ser um passo importante. Observando a lousa a professora busca colocar desenhos que fazem parte do contexto da criança que segundo ela, a criança lê e escreve com mais facilidade. A professora faz sua colocação, sobre a importância de manter a língua enquanto fortalecimento da identidade dizendo: “ Quando falamos a nossa língua no meio do branco, logo percebem que nós somos indígenas. Então a língua, é o nosso símbolo no meio do purutuye (branco)”. (Ondina professora de língua terena, 2009). À luz do teórico Matos (1996, 1999) destaco os direitos lingüísticos do alfabetizando dizendo:

1. ser respeitado, cognitivamente, linguisticamente e sócio – culturalmente
2. saber como, por que e para que está sendo alfabetizado;

3. aprender a identificar e a explorar os variados usos do ler e do escrever;
4. ser alfabetizado pela própria comunidade em que reside;
5. aprender com/de outros alfabetizados e não apenas com/de alfabetizadores;
6. relacionar sua alfabetização à sua vida em casa, no trabalho e em outros contextos comunitários;
7. ter suas estratégias de aprendizagem de lecto-escrita identificadas, reconhecidas e ativadas;
8. ser exposto a textos autênticos, variados e adequados.
9. tornar-se um leitor crítico, independente, de textos e do mundo informacional à sua volta;
10. ajudar a (re)construir sua própria realidade sócio-cultural, política, econômica e lingüística.

O problema, no entanto, é que devido à pressão social contra o uso de línguas indígenas, seus falantes passam a usar a língua portuguesa em ambientes que tradicionalmente não lhes pertence. RECNEI (2005). Enquanto o ensino da língua terena estiver pautado como uma das disciplinas no currículo escolar como se fosse uma segunda língua, a comunidade indígena continuará usando a língua na oralidade, apenas na comunicação oral, onde por consequência da pressão e da discriminação como indígena aos poucos vão deixando de ser usado. Por isso, a importância do papel da escola no registro dessa língua que está presente, ou melhor, que ainda está resistindo onde a fala e escrita da língua portuguesa faz com que, desapareçam rapidamente muitas palavras em terena, que a seguir colocarei alguns exemplos como falamos antes, como os mais jovens falam no sec. XXI, os que foram substituídas pela língua portuguesa e as palavras que já desapareceram.

Língua terena antes e depois

+ou- nos anos 90	Sec. XXI	Palavras substituídas pela línguaportuguesa	Palavras que deixamos de usar
Xe'ó Koêti=em pé	Xe'ókoti=em pé	Hokómori= lixo	Âti = irmã +velha
Levé Koêti=andando	Levékoti= andando	Kopútoe tapî'i= ovo	Têno= respeito que se tem para com a moça.Ou seja prima.
Nâti = lider	Cacique	Nje'á = filho	Lêle = irmão + velho ou seja de homem para homem.
		Inzine = filha	Ûte = irmã +

			velha ou seja de mulher para mulher.
		Ihíkaxovoti = aluno	Ôtu = avô
		Ihíkaxovokuti = escola	Nâti = líder de uma comunidade.
		Ôngo = titia	
		Kohê = lua	
		Noixeovoketi=espelho	

As palavras escrita na tabela dos anos 90 e século XXI, não há mudança no seu significado, mas tem diferença na pronuncia e no jeito de escrever, onde há estranhamento quando os mais jovens pronunciam, por exemplo, Xe'ókoti com relação aos mais velhos que tentam imediatamente corrigir a fala dos mais jovens. Mas que se torna sem resultado, porque conforme aumenta a geração mais novas as palavras vão dando outro jeito de ser pronunciado, mas que apresenta o mesmo significado. Na minha observação ocorre mais facilmente a substituição das palavras para a língua portuguesa, do que às mudanças de língua terena para a língua terena como foi apresentado acima mudando apenas o jeito de escrever de falar. E conseqüentemente fazendo o desaparecimento de muitas palavras em terena como tento mostrar na coluna a direita.

Falando de minha pesquisa em andamento

Como aluna do Programa de Mestrado em educação da UCDB, estou desenvolvendo uma pesquisa que tem como objetivo geral: analisar o processo de implantação da alfabetização em língua Terena nas séries iniciais do Ensino Fundamental na escola da Aldeia Cachoeirinha, no período do ano de 2007.

A questão central é: como ensinar a língua terena tendo como função a construção e revitalização da mesma, sendo que não há programa específico direcionado das políticas públicas? A comunidade indígena no contexto atual já faz reflexão entre eles, mas que a idéia de preservação e manter a língua, não são regulamentados pelos programas e projetos educacionais que são responsáveis pelas escolas indígenas das aldeias. Portanto, para que a língua terena continue presente é preciso uma ação concreta das instituições responsáveis, pois a comunidade indígena tem a língua como uma identidade, como um documento que precisa continuar viva. Sem ela, não teremos como registrar nossa historia conforme nosso cosmovisão terena. A pesquisa tem como objetivos específicos:

- Olhar a língua terena como luz que ilumina todo nosso jeito de ser, por meio dela, olhar o mundo do outro sem a concepção de que a língua terena é inferior, mas colocá-la no status como qualquer outra língua.

- Refletir o sentido e significado da língua enquanto função importante na reconstrução da identidade Terena.

- Construir palavras novas que não existem na língua terena e, assim, resistindo e insistindo na continuidade da língua como elemento fundamental na comunicação entre nós os terena ressaltando assim, nossa peculiaridade e identidade.

A metodologia deste trabalho é fruto da observação de minha pesquisa durante a aula de língua terena no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Considerações Finais

A inclusão de língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir – lhe o status de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira RCNEI (2005, p. 118).

Referindo-me a comunidade indígena de Cachoeirinha focando a preocupação com as variações lingüística no sentido de que essa variação está ocorrendo com rapidez, faço reflexão do texto colocada acima: até que ponto a escola inclui no seu currículo o ensino de língua terena para fim de colocar o status e de colocar em pé de igualdade com a língua portuguesa? Enquanto isso não ocorre, vai acontecendo o deslocamento sociolingüístico dos terena, que vai perdendo seu espaço, seu lugar comunicativo resultado da língua dominante, que é a língua portuguesa. Apagando assim aos poucos a língua que para mim, é extremamente importante a continuidade do seu uso e escrita na comunidade Terena. O uso dela no dia a dia me realiza enquanto indígena, mas o uso de língua portuguesa também é importante vejo que o seu uso deve ser uma questão de necessidade, pois preciso conviver com o “outro”. Penso que a preocupação com ensino da língua indígena não deveria ser preocupação só para as escolas da comunidade indígena, mas também das escolas dos não índio, pois assim, poderíamos esperar resultado positivo tendo em vista uma perspectiva intercultural de todas as escolas. Como está sendo colocado, parece que restringe só para as comunidades indígenas, sendo que a sociedade envolvente precisa conhecer a nossa realidade não só a língua como também de toda nossa cultura. Assim renovaria a

concepção que tem sobre nós índio há 500 anos. Nesse sentido, amenizaria o resultado do preconceito e da desvalorização da nossa cultura.

Três questões são relevantes para colocar em prática sobre a manutenção da língua:

- a) Investir na formação do professor indígena;
- b) Desburocratizar a burocracia com relação às escolas indígenas, parar com dilema: “o índio não quer a escola diferenciada”.
- c) Diálogo entre comunidades indígenas e as Instituições mantenedoras na construção do currículo diferenciado.

Toda mudança exige mudança de postura do homem, será isso o impasse? Para isso, coloco frase de Bessa (2009), quando fez uma oficina sobre línguas indígenas, na UCDB: “Mexer com a língua é mexer com a casa de formiga”. Eis a realidade a qual as escolas indígenas se encontram quando se fala do ensino de língua desde a alfabetização. Remexe com a estrutura da escola, com o professor, com a comunidade e com as Secretarias seja Estadual ou Municipal.

REFERÊNCIAS:

Orais:

- Eliseu Lindolfo. Professor de series iniciais na escola Felipe Antonio da Aldeia Argola. 2009.
- Luzinete Julio. Professora de 1ª serie na Escola Municipal Pólo Indígena Coronel Nicolau Horta Barbosa da Aldeia Cachoeirinha. 2007.
- Ondina Antonio. Professora de língua terena da Aldeia Cachoeirinha. 2009.
- Marlene Gonçalves. Professora de 3ª serie da escola Municipal Indígena Pólo Coronel Nicolau

BIBLIOGRÁFICAS

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós – Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Editora: DP&A, 2006.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Editora: UFMG. 2007.
- MEC. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. 2ª Ed. Brasília: MEC/SECAD 2005.

MEC. Parâmetros em Ação: Educação Escolar Indígena. **As Leis e a Educação Escolar Indígena**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

MATOS, Francisco Gomes de. Letras/UFPE/Recife. fegm@hotmail.com.br. **OS Direitos Lingüísticos e pedagógicos dos Alfabetizandos**. 1996, 1999.

NINCAO, O. S. (2008). **“Kóho Yoko Hovôvo/O Tuiuiú e o Sapo”**: biletamento, identidade e política lingüística na formação continuada de professores Terena. Tese de doutorado. UNICAMP.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às teorias do currículo**. 2007